

A tradução nos serviços de imigração: comparação da tradução dos websites do SEF e da AIMA⁸⁸

Translation in immigration services:
comparing the translations of SEF's and AIMA's websites

Daniela Rodrigues

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)
acr.daniela@gmail.com

Recebido: 03-04-2025

Aceite: 22-05-2025

Publicado: 25-06-2025

RESUMO: Este trabalho visa comparar o nível de tradução dos websites das principais instituições de gestão de imigração em Portugal, o SEF e a AIMA. Tendo em conta os crescentes movimentos migratórios quer a nível nacional, quer internacional, constata-se a necessidade urgente de transmitir informação multilíngue. Devido à transição para o digital de documentos e informações governamentais, muita informação necessária para iniciar e completar processos de imigração encontra-se agora disponível nos websites

⁸⁸ O SEF era uma instituição portuguesa criada em 1974 responsável pelos processos de controlo de fronteiras e de estrangeiros e de imigração e asilo. Em 2023, o SEF foi extinto e substituído pela AIMA.

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo.

das instituições responsáveis. Contudo, considerando o público-alvo diverso e multilíngue que procura estes serviços, devemos garantir uma maior acessibilidade linguística na transmissão da informação, através, por exemplo, da tradução e localização desses websites e da informação neles contida. Através do Arquivo.pt, foram consultadas páginas dos websites do SEF e da AIMA, entre os períodos de 2018 até 2025, e recolhidos dados que permitem analisar o seu nível de localização, como documentos traduzidos, quantidade de páginas ou parágrafos traduzidos, línguas para as quais os documentos foram traduzidos, qualidade da tradução, entre outros aspetos. Para uma melhor análise do nível de localização, recorre-se à tabela proposta por Jiménez-Crespo, adaptada por Dolmaya, que serve para avaliar o nível de localização de um website. Os resultados demonstram que o website da AIMA demonstra um nível de localização consideravelmente inferior ao do SEF. Contudo, ambos os websites apresentam níveis baixos de localização, havendo maioritariamente traduções para o inglês e um número pouco significativo de documentos, textos e infográficos traduzidos, dificultando o acesso à informação e a comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução; Localização; Acessibilidade; Imigração.

ABSTRACT: This article aims to compare the level of localization of the websites of the main immigration institutions in Portugal, SEF and AIMA. Taking into account the ever-growing migration movements in Portugal and internationally, there is an increasingly urgent need to disseminate multilingual information. Due to the digital transition, much information necessary to understand immigration processes is now available online. However, considering how diverse and multilingual the target audience of these services is, institutions should guarantee that this information is disseminated in a more accessible and multilingual way by translating and localizing these websites and their information. Using Arquivo.pt, we

consulted the website pages of both SEF and AIMA, between 2018 and 2025, and collected data that allow us to analyze the localization level of these websites, such as translated documents, number of translated pages or paragraphs, what languages the information was translated into, quality of the translation, as well as other aspects. To better examine the level of localization and accessibility of these websites, we applied Jiménez-Crespo's model, adapted by Dolmaya, that aims to evaluate the level of localization of a website. The results show that AIMA's website presents a much lower localization level when compared to SEF. However, both websites seem to present low localization scores, considering that the majority of the translations had mainly English as a target language and only a significantly small number of documents, texts and infographics were translated, which might hinder communication and access to information to those who need it.

KEYWORDS: Translation; Localization; Accessibility; Immigration.

Considerações iniciais

Num mundo cada vez mais globalizado, a informação é uma matéria-prima básica e, portanto, a tradução é essencial para que as pessoas, estando num mundo multilíngue, possam ter acesso à informação de uma forma que compreendam (Cronin, 2010, p. 136). Quando nos referimos a migração, esta questão é ainda mais premente, tendo em conta que as barreiras linguísticas podem afetar seriamente não só a vida dos migrantes, mas também de turistas. A tradução e a localização têm vindo a mostrar-se como basilares na comunicação do mundo moderno, sendo ambas reconhecidas, quer por empresas quer pela população geral, como importantes quer para questões comerciais, quer sociais, culturais e políticas (Schäler, 2010,

p. 213). Segundo Schäler (2010, p. 213), a tradução e a localização têm o poder de impedir que pessoas sejam presas, de melhorar a sua qualidade de vida e a sua saúde e, em casos extremos, até de salvar as suas vidas.

A localização de websites tem vindo a tornar-se cada vez mais relevante, considerando que, atualmente, podemos encontrar todo o tipo de informações no universo digital, sendo a presença de órgãos e instituições governamentais neste universo praticamente ubíqua. Isto significa que as informações críticas para processos burocráticos e administrativos nomeadamente, de imigração, turismo, finanças e segurança social, se encontram maioritariamente através destes novos meios de informação. A informação presente nestes websites é, por isso, imprescindível para garantir que as pessoas possam iniciar e terminar processos de imigração, pedir residência, cumprir os requisitos legais previstos no que diz respeito à imigração, finanças e segurança social, mas também garantir que os turistas possam compreender quais são os documentos necessários para a sua visita e como os obter ou até que procedimentos devem seguir para entrar no país.

Portanto, este artigo visa comparar as localizações e traduções dos websites do antigo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e da atual Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). Pretende-se verificar o nível de localização destes websites, especialmente tendo em conta que são websites cujo público principal são estrangeiros que vêm para Portugal, quer para trabalhar, quer para estudar ou para visitar. Dentro da questão da localização, procura-se observar as

línguas para as quais as traduções foram feitas, que materiais ou textos foram traduzidos e comparar os níveis dos dois websites.

Como constata Meylaerts (2010, p. 228), para que os cidadãos possam participar na sociedade, o que inclui o direito de comunicar com as autoridades, a instauração de políticas linguísticas e de tradução é essencial numa sociedade democrática e é um fator especialmente importante no que diz respeito à identificação e integração de minorias e migrantes. Meylaerts (2010) defende ainda a ideia de que é impossível haver políticas linguísticas sem políticas de tradução, devido à importância que a tradução tem numa sociedade contemporânea multilíngue. Porém, a relação entre tradução e multilinguismo nas políticas linguísticas continua inexplorada nos estudos de tradução e parece-nos particularmente premente em Portugal.

A questão da tradução em contextos de imigração em Portugal também parece sobejamente ignorada. É relevante pensar no papel que a tradução pode ter nestes contextos, particularmente devido à relação assimétrica entre as instituições e públicos leigos (Coulthard e Johnson, 2007, p. 15). O conceito de assimetria nas interações comunicativas é descrito por Linell e Luckmann (1991, p. 4, citado por Coulthard e Johnson, 2007, p. 12) como uma discrepância, e não desigualdade, no que diz respeito a diversas condições base necessárias para o diálogo, como as diferenças (de distribuição) de conhecimento ou as diferentes posições sociais. Isto é, as instituições e órgãos administrativos e de imigração possuem informação essencial para os estrangeiros e essa informação é-lhes apenas fornecida numa língua que ainda não falam ou que não dominam, contribuindo para

a percepção de um distanciamento destes processos e da existência de uma hierarquia de poder. Segundo Polezzi (2012, p. 353), devemos ponderar sobre a natureza política da tradução, particularmente em contextos de imigração, nos quais esta pode ser crucial.

A ideia das relações assimétricas entre as instituições e os participantes leigos já é amplamente estudada na Linguística Forense, como visto em Coulthard e Johnson (2007), Rock (2007) ou em Eades e Pavlenko (2016). De facto, os serviços de gestão de imigração estão intrinsecamente ligados ao âmbito forense, pelo que não podemos não podemos ignorar o poder jurídico que estas instituições têm sobre as pessoas, sendo a AIMA um “instituto público integrado na administração indireta do Estado, com jurisdição sobre todo o território nacional, **dotado de personalidade jurídica**, autonomia administrativa e financeira e de património próprio, ...” (Portaria n.º 324-A/2023, negrito nosso). Ademais, o artigo 11.º da mesma portaria cita que compete ao Departamento de Integração de Migrantes “Promover a consulta jurídica a cidadãos estrangeiros e portugueses regressados, em estreita articulação com a Ordem dos Advogados e a Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução”.

Já o antigo SEF também está diretamente ligado às ciências forenses, tendo em conta que muitos funcionários eram polícias que pertenciam à Polícia Judiciária e que os inspetores deste serviço eram considerados autoridades policiais, gozavam de direitos enquanto tal e estavam “submetidos aos mesmos deveres das entidades competentes para a instrução criminal” (Decreto-Lei n.º 440/86). Por isso, levariam a cabo diversas investigações criminais que envolviam, naturalmente, a recolha de declarações e depoimentos.

Isto remete-nos, novamente, à ideia de uma relação assimétrica entre a instituição e o participante. Coulthard & Johnson (2007, p. 15) referem que a autoridade e o poder são negociados continuamente em interações jurídicas e ressaltam o facto de haver questões mais importantes em jogo neste tipo de interações quando comparadas com outros tipos de interações linguísticas. Portanto, esta relação assimétrica pode colocar em risco aspetos como liberdade pessoal, levar a encarceramento e pode ser a diferença entre poder ser considerado criminoso ou testemunha valiosa ou agressor ou vítima. Relativamente à questão da tradução nestes contextos, verificamos que esta tem o poder de equilibrar esta relação assimétrica.

Quando olhamos para os movimentos de migração, reparamos na crescente necessidade de as autoridades nacionais comunicarem com minorias e imigrantes, sendo nestes contextos que se destaca a importância da tradução e da natureza política da língua. Maria Tymoczko (2006, p. 16 *apud* Polezzi, 2012, p. 348) refere que temos o hábito de pensar que o monolinguismo é a norma, mas, na verdade, o plurilinguismo é mais comum a nível mundial do que pensamos. Por isso, devemos pensar na forma como as instituições comunicam com um público plurilingue e que não domina a língua portuguesa.

Considerando o papel que a tradução desempenha neste tipo de interações, é importante voltar a atenção para novas vertentes, como websites governamentais. Esta questão é especialmente premente quando temos em conta que, como referem Cullen e O'Connor et al. (2003, p. 191 *apud* Dolmaya, 2020, p. 551), disponibilizar publicamente o acesso a informação governamental é crucial para uma boa administração local, mas esta questão complica-

se quando o público que procura ter acesso a essa informação não é proficiente na língua oficial e, portanto, o seu acesso aos serviços municipais ou governamentais pode ser impactado negativamente (Dolmaya, 2020, p. 551).

Meylaerts (2011, p. 743) destaca que a linguagem é crucial para estabelecer sociedades democráticas modernas, mas verificamos que a sociedade está longe de perceber o papel significativo da língua. Disponibilizar informação importante, como de processos de imigração, por exemplo, de forma monolíngue ou apenas nas línguas oficiais de um país parece ser insuficiente, podendo confundir alguém que precisa de pedir um visto mas não domina a língua oficial de um país ou a língua franca (Nishio et al., 2012, p. 229).

Concluindo esta introdução e enquadramento teórico, a próxima secção aborda a metodologia utilizada. Posteriormente, apresentam-se os dados recolhidos e a análise dos mesmos, tendo em conta a metodologia adotada.

Metodologia

Para este projeto foi utilizado como recurso principal de recolha de dados o Arquivo.pt, tendo em conta que este permite o acesso a versões antigas de websites portugueses e navegar os websites na data pretendida. Este recurso possibilita, então, fazer análises diacrónicas e/ou empíricas dos websites e da informação neles encontrada.

O Arquivo.pt é um recurso online de preservação de páginas web portuguesas, no qual através de uma breve pesquisa podemos ter acesso aos websites da AIMA e do SEF, por exemplo, nas datas disponíveis e pretendidas. Contudo, uma das limitações deste recurso

é o facto de os websites terem de ser gravados manualmente por alguém e, portanto, nem todas as datas serem guardadas. Como a AIMA foi apenas fundada em 2023, os dados disponíveis no Arquivo.pt são escassos, constando só três entradas de 2024. Portanto, para esta análise, são analisados os websites da AIMA de 2024 e o website atual disponível. Já para o antigo SEF encontramos versões desde 1999 até 2023, ano da sua extinção, mas muitos anos entre 1999 e 2018 estão indisponíveis por erros. Considerando a grande diferença de informação disponível sobre um website e outro, este estudo foca apenas na informação disponibilizada desde 2018 até 2025.

Procura-se com este artigo compreender (i) se os websites disponibilizam traduções (ii) em caso afirmativo, para que línguas (iii) que tipo de informação foi traduzida (iv) que documentos foram traduzidos. Deste modo, é possível comparar de forma empírica a localização dos dois websites e a informação neles disponibilizada. Além disso, é possível verificar se existe informação jurídica traduzida, como leis, regulamentos, entre outros aspetos, mas também traduções de texto administrativo, como processos de pedidos de vistos e impressos. Também foram recolhidos infográficos disponíveis de forma bilíngue ou noutras línguas.

Após a pesquisa no Arquivo.pt, foi criado um documento Excel que reúne todas as informações que visavam responder às perguntas de investigação. O documento organiza a informação de forma cronológica e indica se o website está total ou parcialmente traduzido, as línguas disponíveis, assim como documentos, leis, texto informativo e infográficos que foram traduzidos para outras línguas. Deste modo, é possível observar também as evoluções de forma

diacrónica, comparar mudanças e novas informações ou documentos adicionados.

Verificar estes aspetos permite comparar o nível de preparação linguística de ambos os websites, considerando a crescente necessidade de comunicação multilíngue em Portugal dado o aumento de imigração e de turismo nos últimos dez anos. Tendo isto em consideração, uma das hipóteses que se procura verificar é a de que o website da AIMA tenha uma maior preparação e um maior nível de localização quando comparado com o website do SEF, oferecendo um website com tradução completa para inglês e/ou línguas relevantes, assim como o fornecimento de infográficos ou documentos úteis noutras línguas. Para confirmar esta hipótese, recorre-se à tabela de Jiménez-Crespo (2013), adaptada por Dolmaya (2020). Assim, a informação presente no Excel foi transferida para esta tabela.

Na próxima secção, apresentam-se os dados recolhidos através desta pesquisa e é feita a comparação entre os dois websites. A comparação permite verificar evoluções e/ou retrocessos relativamente à acessibilidade e localização. É feita também uma reflexão sobre as implicações dos dados recolhidos e sobre possíveis soluções ou recomendações para melhorar a comunicação com um público não nativo de português.

Dados do SEF

Os dados recolhidos do website do SEF incluem, na verdade, duas ligações diferentes. A amostra do estudo inclui o website principal (www.sef.pt), cuja hiperligação e aparência foram mudando ao longo do tempo, mas também o website do Imigrante

(www.imigrante.sef.pt), para o qual o SEF remete diversas vezes para a exposição de informação relativamente aos processos de imigração. É possível encontrar dados do website no Arquivo.pt desde 1999 até hoje, contudo algumas datas encontram-se inutilizáveis devido a erros informáticos do website. Portanto, os dados aqui apresentados dizem respeito à versão mais recente do website do SEF, que surge no Arquivo.pt desde julho de 2018 até janeiro de 2024. Para ter uma análise mais eficaz, foi visitada a primeira e última página de cada mês desde 2018 até 2024, quando disponível. Caso só houvesse uma página disponível para consulta, essa página era considerada como primeira e última desse mesmo mês.

Começando pela questão da tradução, o website do SEF apresenta, desde 2018, uma tradução e localização completa do website para inglês, o que inclui a tradução de informação sobre a instituição, dos serviços oferecidos, dos procedimentos necessários para entrar no país, de estatística e de legislação relacionadas com o SEF, notícias e destaques, informações de contacto. Além disso, possibilita fazer agendamentos, pedir certificados, submeter e pedir documentos em inglês no website.

Isto significa que o SEF disponibiliza toda a informação de forma bilíngue português-inglês, deixando a informação jurídica e administrativa facilmente acessível para aqueles que dominam inglês. Contudo, o website do SEF não disponibiliza qualquer tipo de hiperligação específica para documentos traduzidos, estando os documentos traduzidos dispersos nas diferentes partes do website, o que dificulta o acesso ao material traduzido (Dolmaya, 2020, p. 559).

A sua localização é total, sendo uma cópia exata do website em português e possibilitando a sua navegação apenas na língua inglesa.

Para averiguar melhor o nível de localização do website, recorre-se à tabela de Dolmaya (2020), que foi formulada a partir da tabela criada por Jiménez-Crespo (2013) para avaliar o nível de localização de um website. Esta tabela começa no nível zero (0), que consiste na existência da opção para traduzir automaticamente, e vai até ao nível cinco (5), que diz respeito à localização espelhada de um website – isto é, quando o website está totalmente traduzido e é uma cópia exata do original. Já a tabela de Jiménez-Crespo só contém quatro (4) níveis, sendo que Dolmaya adiciona os websites que oferecem apenas tradução automática (nível zero) antes dos websites que fornecem alguns documentos ou multimédia traduzidos (nível um). Observe-se a tabela:

Tabela 1 – Nível de localização do website do SEF

Nível	Critérios	N.º de línguas	Comentários
0	Link para tradução automática	–	–
1	Documentos ou multimédia traduzidos	2 línguas	Impressos parcialmente traduzidos para inglês e francês. Pelo menos 25 documentos jurídicos traduzidos totalmente para inglês.
2	Parágrafo ou página numa outra língua	–	–

3	Várias páginas traduzidas. Menu de navegação em Português	—	—
4	Várias páginas traduzidas. Pelo menos um menu de navegação na língua-alvo	1 língua	—
5	Website totalmente localizado	1 língua	

Fonte: Elaboração própria

Como se pode observar, o website do SEF só se encontra traduzido totalmente para uma única língua, o inglês. O website não fornece qualquer tipo de recurso de tradução automática, que apesar de não ser o método ideal, é uma ferramenta cada vez mais útil quando utilizada de forma crítica. Contudo, neste contexto, a situação em que os utilizadores se encontram é considerada de alto risco por envolver informação e procedimentos de imigração (Bowker, 2022, p. 103), devendo investir-se noutras alternativas para a sua tradução. Este é um aspeto extremamente importante quando consideramos o facto de esta informação ter um impacto significativo na vida das pessoas. Em termos de documentos, foram encontrados cerca de vinte e cinco textos em inglês que aparentam ter sido traduzidos por profissionais. Todos diziam respeito a documentos jurídicos que apresentavam versões de leis relevantes sobre imigração e entrada no

país. Foram também encontrados impressos parcialmente traduzidos para inglês e francês, como se pode observar na imagem abaixo:

Figura 1 – Formulário extraído do site do SEF

 SEF SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	A PREENCHER PELOS SERVIÇOS DIR/DEL Reg.: _____ Entrada n.º: _____ NIE: _____ MC: Consta / Não Consta	Fotografia Photograph Photographie
--	---	--

Eu, abaixo identificado,

1. Nome / Name / Nom: _____
2. Filiação: _____ (Pai), _____ (Mãe)
3. Nacionalidade (País) / Nationality (Country) / Nationalité (Pays): _____
4. Data de Nascimento / Date of Birth / Date de Naissance: ____ / ____ / ____ 5. Sexo / Sex / Sexe: M F
6. Estado Civil / Marital Status / État Civil: _____
7. Endereço Permanente / Permanent Address / Adresse - Rua / Street / Rue: _____
_____: Localidade / Location / Localité: _____
- Código Postal/Postal Code/Code Postal: _____ - _____; Telefone/Telephone: _____; E-mail: _____
8. Passaporte n.º / Passport n.º / Passeport n.º: _____; Emitido em / Issued by / Passe à: _____
Data de Emissão / Date of Issue / Délivree le: _____ Data de Validade: / Expiry Date / Valable jusqu'au: _____

Venho requerer prorrogação de permanência / validade e/ou duração de visto Schengen, ao abrigo do art.º 71.º da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual redação, no âmbito de:

- Turismo ou visita
- Razões humanitárias ou força maior
- Motivos pessoais sérios
- Trabalho sazonal de curta duração
- Outros _____

Apresentando os seguintes documentos:

- Passaporte ou outro documento de viagem válido
- Meios de Subsistência
- Alojamento
- Título de Transporte que assegure o regresso
- Seguro de Saúde / SNS
- Outros _____

Pede deferimento:

_____, ____ / ____ / ____

Fonte: www.imigrante.sef.pt in Arquivo.pt⁸⁹

⁸⁹ Link:

<https://arquivo.pt/wayback/20190325184019/https://imigrante.sef.pt/impressos/#> (Data consultada: 25 de março de 2019)

Dados da AIMA

Os dados relativamente ao website da AIMA (<https://aima.gov.pt/pt>) são limitados quando comparados aos do SEF. Além do facto de a AIMA só ter sido criada em 2023, só é possível encontrar três versões da página disponível no Arquivo.pt, datadas de 29 de janeiro de 2024, 2 de fevereiro de 2024 e 12 de maio de 2024. Portanto, para colmatar esta limitação, foi consultado também o website atual de 2025.

No respeitante à tradução, nas versões de 2024 do website não se constata qualquer tipo de opção de tradução, quer automática quer profissional. Na opção de 2025, surgem certos excertos traduzidos, maioritariamente em títulos e subtítulos de secções e a informação relativa aos contactos e horários, não havendo um botão para alterar a língua do website, ao contrário do que acontece no website do SEF. Porém, quando se carrega nos botões bilíngues para ter acesso à informação, o website não apresenta nada traduzido, disponibiliza apenas informação e documentos em português. O website também não oferece implementação de ferramentas de tradução automática, que poderia ser uma opção temporária a ser implementada até à disponibilização de alguma tradução oficial e profissional. Não existem ainda documentos jurídicos, infográficos, informações sobre processos burocráticos ou imagens disponíveis noutras línguas. Relativamente à tradução de documentos, não existem documentos totalmente traduzidos. Os únicos documentos que possuem tradução são extremamente semelhantes aos do SEF: minutas e impressos com apenas algumas palavras traduzidas para inglês e francês, como se pode observar abaixo:

Figura 2 – Formulário extraído do site do AIMA



A PREECHER PELOS SERVIÇOS	Loja AIMA: _____	Entrada n.º: _____
	NIE: _____	MC: Consta/Não Consta

Eu, abaixo identificado,

1. Nome / Name / Nom _____
2. Filiação: (Pai, Father, Père), _____ (Mãe, Mother, Mère), _____
3. Nacionalidade (Pais) / Nationality (Country) / Nationalité (Pays): _____
4. Data de Nascimento / Date of Birth / Date de Naissance: ____ / ____ / ____
5. Sexo / Sex / Sexe: M F
6. Estado Civil / Marital Status / État Civil: _____
7. Endereço Permanente / Permanent Address / Adress – Rua / Street / Rue: _____
Localidade / Location / Localité: _____
- Código Postal / Postal Code / Code Postal: _____ - ____; Telefone / Telephone: _____; E-mail: _____
8. Passaporte N.º / Passport No. / Passeporte No: _____; Emitido em / Issued by / Passe à: ____ / ____ / ____
- Data de Emissão / Date of Issue / Délivree le: ____ / ____ / ____; Data de Validade / Expiry Date / Valable Jusqu'au: ____ / ____ / ____

Venho requerer:

- Concessão de A.R. TEMPORÁRIA / PERMANENTE nos termos do art.º _____ da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual versão
- Renovação de A.R. TEMPORÁRIA / PERMANENTE nos termos do art.º _____ da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual versão
- Concessão / Renovação de E.R.L.D. nos termos do art.º _____ da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual versão
- Concessão / Renovação de A.R.I. nos termos do art.º _____ da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual versão
- Concessão de A.R.I. Permanente nos termos do art.º 65-K do DR 9/2018, de 11 de setembro, conjugado com o Art.º 80.º da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual versão
- Concessão / Renovação de Cartão Azul UE nos termos do art.º _____ da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual versão
- Reagrupamento Familiar nos termos do n.º ____ do art.º ____ da Lei 23/2007 de 4 de julho, na sua atual versão, a favor de _____

Fonte: www.aima.gov.pt⁹⁰

A tradução disponível para estes documentos pode ser problemática, considerando que a única informação traduzida é a

⁹⁰ Consultado em março de 2025.

secção das informações pessoais. No respeitante a informação de processos, como a indicação do processo que se deseja requerer e o número do artigo que se deve inserir, observa-se que a única língua disponível é o português. Isto pode acarretar problemas consideráveis para a vida de um cidadão estrangeiro e afetar o desenvolvimento do processo, uma vez que não existe legislação traduzida disponível no website da AIMA para os estrangeiros saberem, como exemplificado na imagem acima, qual é o número do artigo correspondente à sua situação que devem colocar no formulário, contrariamente ao que acontece no website do SEF. Seria possível, por exemplo, aproveitar a tradução disponível no website do SEF e adaptá-la para a AIMA, disponibilizando-a ao público estrangeiro e facilitando o acesso a essa informação. Na tabela abaixo, constatamos que o website da AIMA não apresenta um nível muito elevado de localização, especialmente quando comparado com a do SEF. Durante a pesquisa, não se encontrou nenhuma página totalmente traduzida ou que fornecesse informações ou documentos informativos exclusivamente noutras línguas. Aliás, a localização só chega ao nível 1 desta tabela com a tradução em língua inglesa e francesa e, mesmo assim, os documentos encontrados não se encontram traduzidos na íntegra, apenas parcialmente. Portanto, os resultados demonstram que o website parece insatisfatório no que respeita ao seu nível de localização, como se pode verificar na tabela abaixo.

Tabela 2 - Nível de localização do website atual da AIMA

Nível	CrITÉrios	N.º de línguas	Comentários
0	Link para tradução automática	—	—
1	Documentos ou multimédia traduzidos	2 línguas	Impressos com apenas algumas palavras traduzidas para inglês e francês.
2	Parágrafo ou página numa outra língua	—	—
3	Várias páginas traduzidas. Menu de navegação em Português	—	—
4	Várias páginas traduzidas. Pelo menos um menu de navegação na língua-alvo	—	—
5	Website totalmente localizado	—	—

Fonte: Elaboração própria

Deste modo, tendo em conta o público-alvo da AIMA, é preocupante pensar que o seu website apresente um nível de localização tão baixo e tão limitado.

Considerações finais

Esta última secção visa refletir sobre os resultados dos dados e ponderar sobre as suas implicações quando pensamos em tornar a informação mais acessível. Os resultados da análise dos dados revelam que o website do SEF apresenta um nível de localização bastante alto numa única língua, o inglês, mas bastante limitado noutra, o francês. Relativamente às línguas disponíveis, não se encontraram quaisquer outros documentos ou páginas que fornecessem informação noutras línguas estrangeiras, exceto, como mencionado, o inglês e francês. Contudo, é de sublinhar que o facto de oferecer um website totalmente localizado para a língua inglesa demonstra uma grande preocupação pela transmissão de informação para um público-alvo tão diverso e multilíngue, permitindo que esta informação alcance mais pessoas através da utilização da língua franca do mundo ocidental. Já no que diz respeito à AIMA, o seu website apresenta-se muito limitado até na sua versão mais recente. Além de não possuir uma localização completa para qualquer outra língua estrangeira, apenas contém algumas palavras e frases traduzidas e, tal como o website do SEF, alguns documentos com expressões em francês e inglês.

A tradução permite transmitir informação para outras línguas e culturas, sendo particularmente importante quando nos deparamos com áreas tão relevantes para a vida dos cidadãos e com informação sensível, como a informação jurídica, burocrática e pessoal. Em Portugal, não existem políticas de tradução nem políticas linguísticas, excetuando a aplicação da Diretiva Europeia 2010/64/UE. Contudo, nem mesmo esta Diretiva se aplica a estes casos, sendo normalmente

aplicável em processos penais. Isto significa que se espera que os utilizadores dos websites das instituições responsáveis pelos processos de imigração, como a AIMA, sejam fluentes em português ou que tenham ajuda de alguém que fale português.

Como refere Meylaerts (2010, p. 228) a tradução e o multilinguismo estão inextricavelmente ligados ao nível das políticas de línguas nacionais e, portanto, as estratégias que as autoridades nacionais utilizam quando comunicam os seus cidadãos é uma questão crucial para as autoridades e os cidadãos a ser estudada. Esta temática é particularmente relevante tendo em conta que são estas instituições e autoridades nacionais que têm contacto direto com populações multilíngues. É importante, por isso, pensar na implementação de políticas de tradução ou linguísticas de modo a facilitar este contacto, pois, como referem Nishio et al. (2012, p. 227), as barreiras linguísticas representam um obstáculo enorme para a livre circulação de informação e de serviços numa economia cada vez mais global.

Acredito que os resultados encontrados refletem não só problemas de localização e pouca acessibilidade linguística por parte destes websites, mas uma problemática ainda maior: a falta de políticas linguísticas e de tradução no país. Tal como apontado por Nishio et al. (2012, p. 233), as políticas linguísticas e a investigação na área das tecnologias de tradução e assistência linguística devem ser consideradas como formas de melhorar a disponibilização de informação pública em formato multilingue.

O presente estudo empírico demonstrou, portanto, uma despreparação significativa a nível de localização por parte do website

da AIMA. Contrastando com este resultado, o website do SEF demonstra um nível satisfatório de localização, contendo uma língua no nível máximo de localização. Mais premente ainda, o artigo releva fraquezas na disponibilização de informação multilíngue e uma necessidade de apostar mais fortemente na acessibilidade linguística nos serviços mais relevantes para os cidadãos estrangeiros em Portugal. Tendo em conta o público-alvo destes serviços, constata-se que as soluções apresentadas não são eficazes e refletem uma necessidade de se estes serviços se ajustarem ao seu público multilíngue e multicultural.

Referências

- Adnan, M., Wei, W. C., & Ghazali, M. (2020). Localization and Globalization of Website Design: A pilot study focuses on comparison of government websites. *Proceedings of the 2020 Symposium on Emerging Research from Asia and on Asian Contexts and Cultures*, 2-2. <https://doi.org/10.1145/3391203.3391212>
- Bowker, L. (2023). *De-mystifying Translation: Introducing Translation to Non-translators* (1.^a ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003217718>
- Brown, J., Middleton, J., & Pue, I. (2025). *Chapter 5 Climate migration and Tokelauan language endangerment*. Taylor & Francis.
- Coulthard, M., & Johnson, A. (2007). *An introduction to forensic linguistics: Language in evidence* (1. publ). Routledge.
- Cronin, M. (2010). Globalization and translation. Em Y. Gambier & L. Van Doorslaer, *Handbook of translation studies*. J. Benjamins.
- Decreto-Lei n.º 440/86 | DR. (1986). Obtido 16 de março de 2025, de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/440-1986-627065>

- Dolmaya, J. (2020). Translation and Canadian municipal websites: A Toronto Example. *Meta*, 65(3), 550–572. <https://doi.org/10.7202/1077403ar>
- Eades, D., & Pavlenko, A. (2016). Translating Research into Policy: New Guidelines for Communicating Rights to Non-Native Speakers. *Language and Law*, 3.
- Gambier, Y., & Van Doorslaer, L. (2010). *Handbook of translation studies*. J. Benjamins.
- Jiménez-Crespo, M. A. (2013). *Translation and web localization*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203520208>
- Meylaerts, R. (2010). Multilingualism and translation. Em Y. Gambier & L. Van Doorslaer, *Handbook of translation studies*. J. Benjamins.
- Mladenova, V. (2022). *Translation in the process of immigration for Syrian refugees in Canada*.
- Monika Pitonak. (2022). *Translation, Immigration, and Community Engagement: An Exploration of Edmonton Immigrant Services Association's (EISA) Community Translation Practices and the Creation of an In-House Spanish-English Glossary of Terms*. University of Alberta Library. <https://doi.org/10.7939/R3-VPDR-7R08>
- Nishio, N., Anastasiou, D., O'Keeffe, I., Tarquini, G., Collins, J. J., & Schäler, R. (2012). *Access to public information through localisation*.
- Polezzi, L. (2012). Translation and migration. *Translation Studies*, 5(3), 345–356. <https://doi.org/10.1080/14781700.2012.701943>
- Portaria n.º 324-A/2023 | DR. (2023). Obtido 15 de março de 2025, de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/324-a-2023-223473624>
- Rock, F. (2007). *Communicating Rights*. Palgrave Macmillan UK. <https://doi.org/10.1057/9780230286504>
- Schäler, R. (2010). Localization and translation. Em Y. Gambier & L. Van Doorslaer (Eds.), *Handbook of Translation Studies* (Vol. 1, pp. 209–214).

John Benjamins Publishing Company.

<https://doi.org/10.1075/hts.1.loc1>

Shindo, R. (2024). How translation matters to migration and citizenship: Key connections and new research areas. Em *The Routledge Handbook of Translation and Migration*. Routledge.

Thomas-Walters, L., Qian, S., & Lin, D. (2023). Linguistic and Cultural Challenges in Chinese Translation of Government COVID-19 Health Information in Australia. Em N. Ikuko, C. Maree, & M. Ewing (Eds.), *Discourses of Disruption in Asia* (pp. 173–194). Leiden University Press.

<https://doi.org/10.24415/9789400604667-011>

Valtolina, S., & Fratus, D. (2022). Local Government Websites Accessibility: Evaluation and Finding from Italy. *Digital Government: Research and Practice*, 3(3), 1–16. <https://doi.org/10.1145/3528380>